

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E PLANEJAMENTO
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

PROJETO MAPEAMENTO DE COMUNIDADES URBANAS E
RURAS DO ESPÍRITO SANTO

DIVISÃO TERRITORIAL
MUNICÍPIO DE JERÔNIMO MONTEIRO

18/00781

NOVEMBRO/1994

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Albuíno Cunha de Azeredo

SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E PLANEJAMENTO

Carlos Batalha

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Simon Schwartzman

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA E EXTENSÃO RURAL DO ESPÍRITO SANTO

Nelson Elio Zanotti

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO

Newton Fonseca Vidal

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

Antonio Marcus Carvalho Machado

COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Júlia Maria Demoner

ASSESSORAMENTO MUNICIPAL

Maria Emília Coelho Aguirre

PROJETO MAPEAMENTO DE COMUNIDADES URBANAS E RURAIS DO ESPIRITO SANTO

EQUIPE TÉCNICA

Adauto Beato Venerano - Coordenador

Ana Paula Carvalho Andrade

Clara de Assis dos Santos

Geralda de Moraes Figueiredo Santos

Itelvina Lúcia Corrêa Rangel

Isabela Batalha Muniz

Jerusa Vereza L. Segatto

José Antonio Heredia

José Jacyr do Nascimento

José Saade Filho

Leida Werner S. Rocha

Mário Angelo A. de Oliveira

Nair da Silva Martins

Rita de Almeida de Carvalho Britto

Sônia Bouez Pinheiro da Silva

Sebastião Francisco Alves

Vera Lúcia Tâmara Ribeiro

PRODUÇÃO CARTOGRÁFICA

Cláudia dos Santos Fraga

Darlan Jader Melotti

Ismael Lotério

Jackeline Nunes

Jairo da Silva Rosa

Luciane Nunes Toscano

Mariangela Nunes Ortega

Marco Aurélio G. Silva

Nayra Gonçalves Freitas
 Ricardo de Araújo Tabosa
 Simony Pedrine Nunes

DATILOGRAFIA

Maria Osória B. Pires (*in memória*)
 Rita de Cássia dos S. Santos

REPROGRAFIA

José Martins
 Luiz Martins

Agradecemos a valiosa colaboração do engenheiro Carlos Alberto Feitosa Perim – servidor do IJSN -, que coordenou o Projeto desde sua concepção até junho de 1990.

COLABORAÇÃO DE ENTIDADES E ÓRGÃOS PÚBLICOS

DELEGACIA REGIONAL DO IBGE
 Arlete Cadette do Nascimento
 Eugênio Ferreira da S. Junior
 Fernando Francisco de Paula
 Jedeon Alves Oliveira

ESCRITÓRIO LOCAL DA EMATER
 Sebastião Domingos de Paiva

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERONIMO MONTEIRO
 Robert Martins
 Nilton Binoti

ELABORAÇÃO: Jan./93

REVISÃO: Nov./94
 Itelvina Lúcia Corrêa Rangel
 Jerusa Vereza Lodi Segatto

CAPA
 Lastênio Scopel

"É permitida a reprodução total ou parcial deste documento desde que ci
 tada a fonte".

APRESENTAÇÃO

Este documento faz parte do projeto "Mapeamento de Comunidades Urbanas e Rurais do Espírito Santo", desenvolvido pelo Instituto Jones dos Santos Neves, em Convênio com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, com o apoio das prefeituras municipais e dos escritórios locais da EMATER, tendo por finalidade preparar a base cartográfica de todos os municípios do Estado (áreas urbanas e rurais), visando a realização do censo, iniciado em setembro/91.

A novidade que aparece nessa base cartográfica refere-se à divisão territorial: são mantidas as unidades existentes (distritos e setores censitários), e são propostas novas unidades para fins estatísticos, compondo o que se denominou de malha de "Comunidades Urbanas e Rurais", devidamente conceituada no presente documento. Essa nova divisão está subscrita nos mapas municipais (comunidades rurais) e nos mapas de localidades (comunidades urbanas).

Esta concepção precisa ser discutida e apreciada pela municipalidade e por todos aqueles que de alguma forma atuam na organização de estatísticas e estudos regionais e locais no Espírito Santo, buscando unificar uma base de apuração e tratamento das informações sobre a realidade local e regional do Estado. Para tanto, é necessário absorver junto ao IBGE a metodologia de atualização cartográfica, bem como a explicação sucinta dos conceitos utilizados em nosso trabalho e que são indispensáveis a quem pretende estudar a realidade local e regional.

SUMÁRIO

PÁGINA

APRESENTAÇÃO

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 8 |
| 2. CONCEITOS | 9 |
| 3. LEGISLAÇÃO | 14 |
| 3.1. LEI DE CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO | 15 |
| 3.2. LEI DE LIMITES (DIVISÃO TERRITORIAL ADMINISTRATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - (MUNICÍPIOS E <u>DIS</u> TRITOS) | 19 |
| 3.3. LEI DE PERÍMETRO URBANO | 22 |
| 4. NOVA DIVISÃO TERRITORIAL: COMUNIDADES RURAIS E URBANAS.. | 24 |
| 4.1. RELAÇÃO DAS COMUNIDADES URBANAS E RURAIS POR <u>DISTR</u> ITOS | 25 |
| 5. BASE CARTOGRÁFICA | 27 |
| 5.1. MAPA MUNICIPAL (MM) | 27 |
| 5.2. MAPA MUNICIPAL ESTATÍSTICO (MME) | 27 |
| 5.3. MAPAS DE LOCALIDADES ESTATÍSTICAS (MLE) | 27 |

O Projeto Mapeamento de Comunidades Urbanas e Rurais do Estado do Espírito Santo permitirá apurar os dados censitários produzidos pelo IBGE — até então coletados a partir de setores censitários delimitados por critérios puramente operacionais — através de uma nova unidade espacial denominada Comunidade.

Essa iniciativa decorre da constatação de que é para o âmbito das comunidades que as atuais administrações públicas municipais vêm exercendo seu planejamento e desenvolvendo suas ações.

Assim, após a realização do Censo de 1991, será possível resgatar as informações coletadas por setor censitário e correlacioná-las à Malha de Comunidades Urbanas e Rurais do Estado, facilitando a elaboração de estudos e o processo de planejamento municipal, regional e estadual.

Para a consecução dos objetivos desse Projeto, foi necessária a atualização da base cartográfica dos municípios, bem como a compilação da legislação pertinente (Leis de Criação, Leis de Limites, Leis de Perímetro Urbano e Áreas Especiais), apresentadas no presente documento, juntamente com os conceitos utilizados pelo IBGE.

2.

CONCEITOS

De suma importância para o entendimento do material cartográfico, os conceitos aqui desenvolvidos foram formulados pelo IBGE; exceção feita ao conceito de comunidade, cuja definição foi feita pelo IJSN, em seu projeto Mapeamento de Comunidades do Espírito Santo.

Municípios

São as unidades de menor hierarquia dentro da organização político-administrativa do Brasil, criadas através de leis ordinárias das assembleias legislativas de cada unidade da Federação e sancionadas pelo governador.

Distritos

São as unidades administrativas dos municípios, criadas através de leis ordinárias das câmaras dos vereadores de cada município e sancionadas pelo prefeito.

Cidade

Localidade com o mesmo nome do município a que pertence (sede municipal), e onde está sediada a respectiva prefeitura, excluídos os municípios das capitais.

Vila

Localidade com o mesmo nome do distrito a que pertence (sede distrital) e onde está sediada a autoridade distrital. Este conceito não inclui os distritos das sedes municipais.

Onde não existe legislação que regulamente essas áreas o IBGE estabelece um perímetro urbano para fins censitários cujos limites são aprovados pelo prefeito local.

Localidade

Todo lugar do território nacional onde exista um aglomerado permanente de habitantes.

Comunidade

Todo lugar onde exista um grupo permanente de famílias que mantêm relações de vizinhança, laços de solidariedade, afinidades culturais e utilizam os mesmos equipamentos coletivos.

Área urbanizada de cidade ou vila

É a área legalmente definida como urbana, caracterizada por construções, arruamentos e intensa ocupação humana. São as áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano e, aquelas, reservadas à expansão urbana.

Área não urbanizada

É a área legalmente definida como urbana, caracterizada por ocupação predominantemente de caráter rural.

Área urbana isolada

Área definida por lei municipal e separada da sede municipal ou distrital por área rural ou por outro limite legal.

Área rural

Área externa ao perímetro urbano.

Aglomerado rural

Localidade situada em área legalmente definida como rural, caracterizada por um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis ou dispostos ao longo de uma via de comunicação.

Aglomerado rural de extensão urbana

Localidade que tem as características definidoras de Aglomerado Rural e está localizada a menos de 1 km de distância da área efetivamente urbanizada de uma cidade ou vila ou de um Aglomerado Rural já definido como de Extensão Urbana, possuindo contigüidade em relação aos mesmos.

Aglomerados rurais isolados

Localidades que têm as características de Aglomerado Rural e estão localizadas a uma distância igual ou superior a 1 km da área efetivamente urbanizada de uma cidade, ou vila, ou de um Aglomerado Rural já definido como de Extensão Urbana são classificados em:

. Povoado

Quando possui pelo menos 1 (um) estabelecimento comercial de bens de consumo freqüente e 2 (dois) dos seguintes serviços ou equipamentos: 1 (um) estabelecimento de ensino de primeiro grau, de primeira à quarta série, em funcionamento regular, 1 (um) posto de saúde, com atendimento regular e 1 (um) templo religioso de qualquer credo, para atender aos moradores do aglomerado e/ou áreas rurais próximas. Corresponde a um aglomerado sem caráter privado ou empresarial, ou que não esteja vinculado a um único proprietário do solo, e cujos moradores exerçam atividades econômicas quer primárias, terciárias, ou mesmo secundárias, na própria localidade ou fora dela.

. Núcleo

Quando o Aglomerado Rural estiver vinculado a um único proprietário do solo (empresas agrícolas, industriais, usinas, etc.), ou seja, possuir caráter privado ou empresarial.

Aglomerado subnormal

É um conjunto constituído por um mínimo de 51 domicílios, em sua maioria carentes, de serviços públicos essenciais (água, energia, esgoto), - ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostos, em geral, de forma desordenada e densa.

Aldeia indígena

É um agrupamento de, no mínimo, 20 habitantes indígenas e uma ou mais moradias.

Área especial

É a área legalmente definida, subordinada a órgão público ou privado, responsável pela sua manutenção, onde se objetiva a conservação e preservação da fauna, da flora e de monumentos culturais, a preservação do meio ambiente e das comunidades indígenas. Os principais tipos de áreas especiais são: parques (nacional, estadual e municipal), reservas ecológicas, reservas florestais ou reservas de recursos, reservas biológicas, áreas de relevante interesse ecológico, áreas de proteção ambiental, áreas de preservação permanente, monumentos naturais, monumentos culturais, áreas indígenas, colônias indígenas, parques indígenas e terras indígenas.

Setor censitário

É a unidade territorial de coleta dos Censos Demográfico e Agropecuário de 1991.

DADOS GERAIS DO MUNICÍPIO:**DATA DE INSTALAÇÃO: 29/01/1959****DIA CONSAGRADO: 13/05****NOMES PRIMITIVOS:**

- . SABINO PESSOA
- . DISTRITO DE VALA DO SOUZA
- . MUNICÍPIO DE JERÔNIMO MONTEIRO

3.

LEGISLAÇÃO

3.1.

LEI DE CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO

LEI Nº 1416/58

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e a Mesa promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Com apoio no artigo 19, n. VIII, da Constituição do Estado e no artigo 3º, § 4º da Lei n. 65 (Lei de Organização Municipal), fica criado o Município de Vala do Souza, de acordo com manifestação expressa da Câmara Municipal de Alegre, na forma da resolução anexa.

Art. 2º - O Município de Vala do Souza terá os seguintes limites:

1) - Com o Município de Cachoeiro de Itapemirim:

Começa no ponto de encontro do divisor de águas da margem direita do ribeirão Floresta com o divisor de águas entre o ribeirão Monte Cristo e o rio Itapemirim; segue pelo divisor de águas da margem direita do ribeirão Floresta até a garganta do Jacu, na rodovia Pacotuba a Burarama; desce pelo córrego terceiro afluente da margem direita do córrego Santa Maria até a sua foz; desce pelo córrego Santa Maria até a sua foz no rio Itapemirim; segue pelo divisor de águas entre as bacias dos córregos Coqueiros e Andorinhas até encontrar o divisor de águas entre os ribeirões Vala do Souza e Bananal; segue por este último divisor até o pico do Papagaio, na Serra do Bananal, no limite com o Município de Muqui.

2) - Com o Município de Muqui:

Começa no pico do Papagaio no ponto em que termina o limite com o Município de Cachoeiro de Itapemirim, segue pela Serra da Aliança até encontrar o paralelo que passa pela confluência dos córregos Palmeiras e Pirineus; segue por esse paralelo até aquela confluência; segue em linha reta

até a foz do córrego Demanda no ribeirão Vala do Souza; sobe por este até a foz do córrego do Meio; sobe por este até as suas nascentes no divisor de águas entre os rios Itapemirim e Muqui do Sul, no limite com o Município de Mimoso do Sul.

3) - Com o Município de Mimoso do Sul:

Começa nas nascentes do córrego do Meio, onde termina o limite com o Município de Muqui; segue pelo divisor de águas entre as bacias dos rios Itapemirim e Itabapoana até encontrar o divisor de águas entre os ribeirões Vala do Souza e São Bartolomeu, no limite com o Município de Alegre.

4) - Com o Município de Alegre:

Começa no ponto de encontro do divisor de águas entre as bacias dos rios Itapemirim e Itabapoana com o divisor de águas entre os ribeirões Vala do Souza e São Bartolomeu; segue por este último divisor até encontrar o divisor de águas entre os córregos Serra Gande o Panamá; segue por este último divisor até a confluência dos córregos Serra Grande e Panamá; segue em linha reta até a pedra Gava Roxa; segue em linha reta até a foz do ribeirão Monte Cristo; segue pelo divisor de águas entre o ribeirão Monte Cristo e o rio Itapemirim até encontrar o divisor de águas da margem direita do ribeirão Floresta, no limite com o Município de Cachoeiro de Itapemirim.

Art. 3º - O Município de Vala do Souza terá a denominação de "Jerônimo Monteiro".

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DOMINGOS MARTINS, em 28 de novembro de 1958.

Publique-se.

Vitória, 15 de dezembro de 1958

Secretário de Interior e Justiça

Selada e publicada nesta Secretaria do Interior e Justiça do Estado do Espírito Santo, em 15 de dezembro de 1958.

3.2. LEI DE LIMITES (DIVISÃO TERRITORIAL ADMINISTRATIVA DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - MUNICÍPIOS E DISTRITOS)

A) DIVISAS MUNICIPAIS

1) Com o Município de Cachoeiro de Itapemirim

Começa no ponto de encontro do divisor de águas da margem direita do ribeirão Floresta com o divisor de águas entre o ribeirão Monte Cristo e o rio Itapemirim; segue pelo divisor de águas da margem direita do ribeirão Floresta até a garganta do Jucu, na rodovia de Pacotuba e Burarama; desce pelo córrego terceiro afluente da margem direita do córrego Santa Maria até a sua foz; desce pelo córrego Santa Maria até a sua foz no rio Itapemirim; segue pelo divisor de águas entre as bacias dos córregos Coçoairos e Andorinhas até encontrar o divisor de águas entre os ribeiros Vala do Souza e Bananal - segue por este último divisor até o pico do Papagaio, na serra do Bananal, na divisa com o município de Muqui.

2) Com o Município de Muqui:

Começa no ponto em que termina a divisa com o município de Cachoeiro de Itapemirim segue pela serra da Aliança até encontrar o paralelo que passa pela confluência dos córregos Palmeiras e Pirinena; segue por este paralelo até aquela confluência; segue em linha reta até a foz do córrego Demanda no ribeirão Vala do Souza; sobe por este até a foz do córrego do Meio; sobe por este até as suas nascentes no divisor de águas entre os rios Itapemirim e Muqui do Sul, na divisa com o município de Mimoso do Sul.

3) Com o Município de Mimoso do Sul

Começa onde termina o limite com o número de Muqui; segue pelo divisor de águas entre as bacias dos rios Itapemirim e Itabapoana até encontrar o divisor de águas entre os ribeirões Vala do Souza e São Bartolomeu, na divisa com o município de Alegre.

4) Com o Município de Alegre

Começa onde termina a divisa com o município de Mimoso do Sul; segue pelo divisor de águas entre os ribeirões: Vala do Souza e São Bartolomeu até encontrar o divisor de águas entre os córregos Serra Grande e Panamá; segue por último divisor até a confluência dos córregos Serra Grande e Panamá; segue em linha reta até a pedra Cava Roxa; segue em linha reta até a foz do ribeirão Monte Cristo; segue pelo divisor de águas entre o ribeirão Monte Cristo e o rio Itapemirim até encontrar o divisor de águas da margem direita do ribeirão Floresta, na divisa com o município de Cachoeiro de Itapemirim.

3.3.

LEI DE PERÍMETRO URBANO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO
LEI Nº 391/81

FIXA O PERÍMETRO URBANO DA CIDADE
DE JERÔNIMO MONTEIRO-ES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO, Estado do Espírito Santo;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - O perímetro urbano da cidade de Jerônimo Monteiro abrange uma área de 2.090.233,82m² e sua delimitação é a constante do memorial e da planta em anexo que fazem parte integrante da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jerônimo Monteiro, em 26 de novembro de 1981.

JOÃO BRITO NETTO
Prefeito Municipal

4. NOVA DIVISÃO TERRITORIAL: COMUNIDADES RURAIS E URBANAS

METODOLOGIA

O Mapeamento das Comunidades Rurais e Urbanas foi elaborado a partir das Cartas do Brasil (Rurais) e Mapas de Localidade (Urbanas), com a cooperação da EMATER e prefeituras, passando a constituir uma nova área de apuração dentro de cada setor. Na verdade, além das subdivisões estabelecidas pelo IBGE (municípios, distritos e setores), foram incluídas nas cartas novas unidades: as comunidades.

Na área rural, o espaço físico-geográfico das comunidades, não por acaso e com raras exceções, está delimitado por acidentes geográficos que facilitam sua identificação, tais como: divisor d'água, leito de rios e córregos, podendo ainda ter as estradas como elemento de delimitação.

Na área urbana, o espaço físico-geográfico das comunidades está delimitado pelas avenidas, ruas e outros acidentes geográficos que se configuram dentro do perímetro urbano legal, como: morro, lagos, etc. Além disso, algumas "Comunidades" terão a mesma delimitação legal dos bairros, ou dos setores do IBGE.

DISTRITO: SEDE

COMUNIDADES URBANAS

- Centro
- Vila Brito
- Parada Cristal
- Rua de Cima

COMUNIDADES RURAIS

- Cava Rocha
- Andorinha
- Santa Clara
- Papagaio
- Sertão
- Aliança
- Capixaba
- Barra Limpa
- Rancharia
- Gironde
- Providência
- Fazenda Velha
- Boa Sorte
- Santa Joana

5.

BASE CARTOGRÁFICA

5.1. MAPA MUNICIPAL (MM)

É a representação cartográfica da área de um município contendo os limites estabelecidos pela divisão político-administrativa, acidentes topográficos naturais e artificiais e a toponímia. Para os municípios do Estado do Espírito Santo esta representação foi elaborada a partir da Carta do Brasil na escala 1:50.000, com atualização dos Limites Municipais e Distritais, Perímetros Urbanos, Áreas Especiais, Toponímia de Localidades e de outros elementos.

5.2. MAPA MUNICIPAL ESTATÍSTICO (MME)

Os Mapas Municipais Estatísticos são os mapas municipais acrescidos, no caso do Espírito Santo da representação das Comunidades Rurais.

5.3. MAPAS DE LOCALIDADES ESTATÍSTICAS (MLE)

São os mapas de localidade acrescidos, no caso do Espírito Santo, da representação das Comunidades Urbanas.